

# Estudos em variação linguística nas línguas românicas



## Coordenação

Lurdes de Castro Moutinho

Rosa Lídia Coimbra

Elisa Fernández Rei

Xulio Sousa

Alberto Gómez Bautista



universidade de aveiro  
theoria. poiesis. praxis

## FICHA TÉCNICA

### TÍTULO

Estudos em variação linguística nas línguas românicas

### EDITORES

Lurdes de Castro Moutinho, Rosa Lúcia Coimbra, Elisa Fernández Rei,  
Xulio Sousa, Alberto Gómez Bautista

### COMISSÃO CIENTÍFICA DO VOLUME

Alexsandro Rodrigues Meireles (Universidade Federal do Espírito Santo), Antonio Romano (Universidade de Turim), Francisco Dubert (Universidade de Santiago de Compostela), Helena Rebelo (Universidade de Madeira), Izabel Christine Seara (Universidade Federal de Santa Catarina), Leandra Batista Antunes (Universidade Federal de Ouro Preto), Maria Teresa Roberto (Universidade de Aveiro), María Victoria Navas Sánchez-Élez (Universidade Complutense de Madrid), Paolo Mairano (Université de Lille), Regina Célia Fernandes Cruz (Universidade Federal do Pará), Rosa Maria Lima (Escola Superior de Educação Paula Frassinetti), Sandra Madureira (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Valentina De Iacovo (Universidade de Turim), Vanessa Gonzaga Nunes (Universidade Federal de Santa Catarina) e os editores desta publicação.

### EDITORA

UA Editora  
Universidade de Aveiro  
Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museologia

1.<sup>a</sup> edição – julho 2019

### ISBN

978-972-789-600-4

### IMAGEM DA CAPA

Pixabay

## APOIOS AO EVENTO

universidade de aveiro  clic centro de linguas, literaturas e culturas

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

universidade de aveiro  dlc departamento de linguas e culturas

**USC**  
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA  
INSTITUTO DA LINGUA GALEGA

 GOBIERNO DE ESPAÑA  
 MINISTERIO DE ECONOMÍA Y COMPETITIVIDAD  
 UNIÓN EUROPEA

FEDER - FONDO EUROPEO DE DESENVOLVEMENTO REGIONAL  
"Uma maneira de fazer Europa"

Ministerio de Economía e Competitividade (referencia FFI2015-65208-P)  
Fondo Europeo de Desenvolvemento Rexional (FEDER, marco financeiro plurianual 2014-2020)

*Les études que nous menons ne sont jamais achevées, comme n'est jamais achevée l'analyse de langues que les hommes parlent, depuis des centaines de milliers d'années, et de l'univers culturel qu'elles véhiculent et qui nous émerveille chaque jour tout le long de notre existence.*

Michel Contini, 2015

## Nota de abertura

Nos dias 2, 3 e 4 de maio de 2018, realizou-se o *Congresso Internacional em Variação Linguística nas Línguas Românicas* na Universidade de Aveiro, Portugal (disponível em <http://congresso.varialing.eu>). Conferências, comunicações orais, pôsteres, uma mesa redonda e uma oficina fizeram parte deste evento. As linhas temáticas, sempre relacionadas com Variação Linguística nas línguas românicas repartiram-se pelas seguintes áreas: geoprosódia, dialectometria e cartografia linguística, contacto e mudança linguística, linguística contrastiva, variação e aquisição da linguagem, línguas ameaçadas e minoritárias, variação linguística diatópica, diafásica e diastrática.

A edição da presente publicação é da responsabilidade dos mesmos elementos que integraram a Comissão Organizadora do evento: Lurdes de Castro Moutinho (Professora Associada, Universidade de Aveiro), Rosa Lídia Coimbra (Professora Auxiliar, Universidade de Aveiro), Elisa Fernández Rei (Professora Contratada Doutora, Universidade de Santiago de Compostela), Xulio Sousa (Professor titular, Universidade de Santiago de Compostela), Alberto Gómez Bautista (Professor Adjunto Convidado do ISCA de Lisboa. Instituto Politécnico de Lisboa).

Da Comissão Científica do evento, para além dos organizadores, fizeram ainda parte os professores Michel Contini (Universidade de Stendhal, Grenoble), Aldina Quintana (Universidade Hebraica de Jerusalém), Alexandro Rodrigues Meireles (Universidade Federal do Espírito Santo), Antonio Romano (Universidade de Turim), François Wioland (Université de Strasbourg), Helena Rebelo (Universidade da Madeira), Izabel Christine Seara (Universidade Federal de Santa Catarina), Jean-Pierre Zerling (Universidade de Strasbourg), João Manuel Nunes Torrão (Universidade de Aveiro), Josefa Dorta Luis (Universidad de La Laguna), Leandra Batista Antunes (Universidade Federal de Ouro Preto), Maria Teresa Cortez (Universidade de Aveiro), Regina Célia Fernandes Cruz (Universidade Federal do Pará), Rosa Maria Lima (Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Porto) e Sandra Madureira (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

As comunicações apresentadas, após uma revisão científica duplamente cega, deram origem a duas publicações: o presente *ebook* e um número temático da Revista Intercâmbio, intitulado “A prosódia das línguas românicas”.

O evento e as publicações dele decorrentes são dedicados, pelos editores desta publicação, ao professor Michel Contini.

Os editores

## Índice

|   |     |
|---|-----|
| Michel Contini<br>En guise d'introduction .....   | 7   |
| <b>Parte I – Conferências plenárias</b>   |     |
| Francisco Dubert<br>A segmentación do contínuum xeolingüístico no noroeste da Península Ibérica .....   | 14  |
| François Wioland<br>Singularités phonétiques du français parlé par rapport aux autres langues<br>romanes .....  | 40  |
| Izabel Christine Seara<br>Algumas observações sobre características segmentais da variedade dialetal<br>florianopolitana .....  | 49  |
| <b>Parte II – Painel temático sobre línguas minoritárias</b>  |     |
| Alfredo Cameirão<br>Froles mirandesas: sembrar para poder colher .....  | 70  |
| Maria Victoria Navas<br>El barranqueño, lengua amenazada y minoritaria .....  | 76  |
| Vera Ferreira<br>Mínderico: da vitalidade à revitalização .....   | 96  |
| <b>Parte III – Comunicações</b>   |     |
| Carla Marques & Rosa Maria Lima<br>Variação na Aquisição da Fonologia Infantil: percepção auditiva e desempenho<br>verbal .....   | 119 |
| Carmen Widera & Georg A. Kaiser<br>Astérix e os pronomes sujeitos – uma análise contrastiva do emprego dos<br>pronomes sujeitos no português europeu e brasileiro ..... | 143 |

|   |     |
|---|-----|
| Ernestina Carrilho & Costanza Aliverti Piuri<br>Cartografagem motivacional e áreas lexicais no território português – variação em<br>nomes de insetos no ALiR e no ALE .....  | 167 |
| Ewa Urbaniak & Marek Baran<br>La reduplicación del imperativo en español e italiano .....   | 179 |
| Júlia Langer de Campos, Priscilla Mouta Marques & Maria Maura da Conceição Cezario<br>Falando sério e falando seriamente: análise das construções com adjetivo adverbial<br>e com advérbio em -mente no português ..... | 199 |
| Leila Figueiredo de Barros, Cristina Normandia dos Santos & Maria Teresa Tedesco<br>Villardo Abreu<br>Aspectos da referenciação em textos orais de idosos do sítio urbano do Rio de<br>Janeiro .....                    | 219 |
| Lorena da Silva Rodrigues & Aline Bazenga<br>Variação linguística dos pronomes pessoais de terceira pessoa no português falado<br>no Brasil e na Madeira .....  | 236 |
| Lurdes de Castro Moutinho et al.<br>Análise dialectométrica e cartográfica da variação linguística .....  | 249 |
| Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu & Márcia Aparecida Campos Furtado<br>O rotacismo na fala e na escrita de alunos quilombolas .....  | 260 |
| Marilúcia Barros de Oliveira & Fábio Luidy de Oliveira Alves<br>Línguas em contato na Amazônia: contornos diatópicos e diastráticos .....   | 286 |
| Marizete Lliamar Grandó Garcia<br>A variação diastrática no discurso de idosos .....  | 303 |
| Michael Gradoville<br>A variante <i>pa</i> no português brasileiro .....  | 317 |
| Roberta Pires-de-Oliveira, Izabel Christine Seara & Juan Manuel Sosa<br>Contorno entonacional declarativo com upstep no falar manezinho e seu<br>significado: uma abordagem crítica .....                               | 338 |
| Sandra Madureira, Plínio Barbosa, Mario A S Fontes & Paulo Menegon<br>Comparação entre características respiratórias e fonético-acústicas em fala e canto:<br>um estudo de caso .....                                   | 357 |
| Valentina Colonna & Antonio Romano<br>Variazioni intonative del “Congedo” – Analisi comparativa di dodici letture .....   | 375 |
| Zhihua Hu & Maria Teresa Roberto<br>Análise das Instâncias de Tradução da Conjunção “Aunque” do Espanhol para o<br>Português com Base num <i>Corpus</i> Paralelo .....  | 394 |

## A SEGMENTACIÓN DO CONTÍNUUM XEOLINGÜÍSTICO NO NOROESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA

Francisco Dubert-García

(Instituto da Lingua Galega, Universidade de Santiago de Compostela)

### **Resumo**

Neste traballo defenderei unha dialectoloxía centrada no estudo da extensión de ítems lingüísticos illados, fronte a outra que agrupa as variedades locais en unidades supralocais coma bloques ou linguas. A primeira orientación contempla as áreas xeolingüísticas como entidades abertas e relativas; busca os ítems que comparten as variedades lingüísticas, pois mostran as relacións históricas e sociais que establecen uns falantes con outros. A segunda orientación contempla as linguas como entidades pechadas e absolutas; promove unha investigación que illa unhas linguas das outras. Defenderei que o estudo de ítems individuais posúe maior valor explicativo có trazado de fronteiras entre bloques, dialectos ou linguas.

### **Palabras chave**

Dialectoloxía, contacto lingüístico, contínuum xeolingüístico, galego, ástur-leonés, portugués

### **Abstract**

In this work, I will defend a dialectology based on the study of the extension of individual linguistic items, against another vision that groups local varieties into supralocal entities like dialectal blocks or languages. The former orientation considers geolinguistic areas as open and relative entities; it seeks the items shared by different varieties, since they show the historical and social relationships that speakers establish between them. The later orientation considers languages as closed and absolute entities; it promotes an investigation isolating the languages. I will defend that the study of individual dialectal features possesses a greater explicative power than the drawing of boundaries between dialectal blocks or languages.

### **Keywords**

Dialectology, Language Contact, Geolinguistic Continuum, Galician, Astur-Leonese, Portuguese

## 1. INTRODUCCIÓN

É ben coñecida (Gargallo Gil, 1995; Penny, 2007; Santamarina, 1994; Veny, 1982) a distinción aplicada ás variedades románicas faladas na Península Ibérica entre dialectos *constitutivos* e dialectos *substitutivos*. Os primeiros ocupan o terzo norte da Península, conteñen moita variación dialectal e presentan *isoglosas soltas*, xeralmente orientadas de norte a sur. Por iso se fala de fronteiras graduais entre eles, ou mesmo de falta de fronteiras. As terras ó noroeste do Douro nunca foron invadidas polos árabes, nin despoboadas nin *reconquistadas*; mantiveron os seus modos de vida a pesar da invasión musulmá (López Carreira, 2008). Deste xeito, os romances do noroeste da Península levan sendo usados ininterrompidamente des que rematou a romanización.

Pola contra, os dialectos *consecutivos* resultaron de levar durante a Reconquista as falas constitutivas a zonas onde se usaban variedades mozárabes e/ou árabes. Estes dialectos ocupan os terzos central e sur da Península, conteñen menos variación dialectal interna, pois foron sometidos procesos de nivelación, e presentan feixes de isoglosas con fronteiras claras que distinguen netamente os territorios de fala portuguesa, castelá e catalá.

Vou reflectir sobre como mellor estudar os dialectos constitutivos do noroeste ibérico, concretamente as falas que hoxe clasificamos como galegas, portuguesas, ástur-leonesas e castelás. Defenderei unha dialectoloxía baseada nos ítems individuais que evita trazar fronteiras entre linguas ou crear agrupacións de variedades supralocais tales coma *áreas*, *bloques*, *dialectos* etc.

Para iso en § 2 comento o método da dialectoloxía baseada nos trazos individuais; en § 3 analizo a dialectoloxía baseada nas variedades aplicada ó galego e ó portugués; en § 4 presento a relación entre áreas xeolingüísticas e variedades locais; en § 5 achego unhas conclusións.

## 2. A DIALECTOLOXÍA BASEADA NO ÍTEM:

### O MÉTODO CLÁSICO DA XEOGRAFÍA LINGÜÍSTICA

Sostén Boller (1997, p. 7) que os dialectólogos dividíronse en dous grupos separados polos seus principios teóricos e pola súa práctica. Un grupo defendeu “el concepto de un *continuum* dialectal”, en canto o segundo dedicouse “a la clasificación de dialectos individualizados con sus subdialectos divididos por su parte en sus variedades y subvariedades”. Esta diferenza é antiga e parece remontar a un enfrontamento entre G. Paris, P.

Meyer e Gilliéron, dun lado, e Ascoli, do outro. Andrés Díaz (2011, p. 126) denomina estas dúas visións como:

- a) *Tipófila*: agrupa variedades locais en macrovariedades supralocais, sexan *bloques, dialectos, linguas...*; para os tipófilos, estas macrovariedades poden conformarse dun xeito racional e coherente por medio de feixes de isoglosas máis ou menos compactos; aínda que non haxa fronteiras bruscas, si existen masas lingüísticas compactas máis ou menos homoxéneas separadas por áreas borrosas de transición<sup>1</sup>.
- b) *Tipófoba*: describe a distribución xeográfica de ítems lingüísticos individuais; os tipófobos, de orientación atomista, chegan a negar que se poidan compor ou detectar macrovariedades supralocais, ou que existan fóra do acto clasificador dos lingüistas; só aceptan a existencia de ítems lingüísticos individuais estendidos ó longo dun territorio.

Aínda que ámbalas visións poden asumir a crenza no contínuum xeolectal, diferéncianse en se se acepta ou non que ese contínuum sexa fragmentable en macrovariedades supralocais dun xeito coherente e teoricamente adecuado.

O método tradicional da xeografía lingüística é *tipofóbo*; este método:

No debe entenderse, pues, como relaciones entre el contexto geográfico y la lengua, sino como relaciones entre el espacio geográfico y la difusión (o disposición espacial) de los hechos lingüísticos. Ni se ocupa, por consiguiente, de las fronteras entre comunidades idiomáticas, sino de la extensión y distribución geográficas de fenómenos particulares (fonemas, lexemas...), dentro de una o más comunidades, y de los límites entre las áreas ocupadas por tales fenómenos, los cuales sólo en casos especiales pueden coincidir con los límites de la lengua o lenguas estudiadas. (Gimeno Menéndez, 1993, pp. 80-81)<sup>2</sup>

Aínda que xa en 1959 Vidos (1973, pp. 275-284) quixo mostrar que a visión *tipófoba* fora superada pola dialectoloxía posterior, esta orientación segue viva (como mostran os traballos de Penny, 2007, 2009). De feito, a xeografía lingüística tradicional non é o único método que trata da distribución das variantes dunha variable lingüística ó longo dunha escala extralingüística: tamén a sociolingüística variacionista estuda a distribución das variantes dunha variable nos diferentes grupos sociais dunha comunidade (Chambers, 2009).

<sup>1</sup> “Nadie duda que existen límites de rasgos (allí donde los dialectos mantienen su vigor), pero es cierto también —y me baso en mi experiencia de catalán— que es posible hablar de fronteras aproximativas de conjuntos de rasgos que, basados en su «simultanea presenza» y su «particular combinazione», como quería Ascoli, permiten hablar de dialectos o variedades. Tratándose de hechos humanos, sociales, de extrema complejidad, no existen entre ellos fronteras matemáticas —como tampoco existen entre registros o entre niveles de lengua— sino franjas variables de transición que también pueden constituir dialectos” (Veny 1992: 237).

<sup>2</sup> Tamén: “a) la dialectología es estudio de la «configuración» espacial de las lenguas, o sea la variedad diatópica y de las relaciones interdialectales, y b) que es esencialmente «gramática comparada». Lo primero implica que la investigación dialectal debe establecer la extensión (las «áreas») y por ende, los límites de los hechos que registre. Lo segundo, que tal investigación debe registrar materiales *especialmente comparables*” (Coseriu, 1981, pp. 25-26). Eses materiais comparables son feitos lingüísticos individuais, polo que “el único método enteramente adecuado para la dialectología es la geografía lingüística” (Coseriu, 1981, p. 18).

Para Hudson (1996, p. 48), existe unha visión da linguaxe baseada nas variedades lingüísticas coma un todo (*variety-based*), en que “it is the whole languages (or other varieties), and not individual linguistic items, that have social significance”; esta visión loita por identificar tipos xeolingüísticos ou macrovariedades que se opoñen entre si en conxunto. Ó lado, existe outra visión baseada no ítem lingüístico individual (*item-based*), en que “each item is linked directly to the social category which is relevant to it”. Nesta segunda visión, a variedade lingüística “is an optional extra, available when needed to capture generalisations that apply to very large collections of linguistic items”, aínda que non é o único mecanismo nin o máis importante para relacionar os ítems lingüísticos co seu contexto extralingüístico.

Creo que a concepción *baseada no ítem* concorda coa visión da linguaxe da lingüística baseada no uso (Bybee 2010, Langacker 2000), que defende, entre outras cousas, que a lingua:

a) é unha entidade emerxente que provén do uso. Os factores sociais están plenamente implicados na emerxencia da lingua, polo que a explicación exhaustiva dos fenómenos lingüísticos precisa do coñecemento do contexto social e de uso;

b) nunca para de construírse, tanto no individuo coma na sociedade, e muda os trazos individuais que a constitúen paulatinamente; a mudanza é xeralmente *gradual* e afecta a *ítems lingüísticos específicos* paso a paso en contextos concretos. Nótense os casos de difusión lexical da mudanza fonética ou a gradualidade dos procesos de gramaticalización nas construcións;

c) non se pode explicar nin describir a súa estrutura sen atender á historia; entre os elementos da historia dunha lingua existen os fenómenos de contacto en que se ve envolta.

Esta concepción integra con naturalidade a variación e o cambio lingüísticos, pois non os considera anomalías (véxase, e.g., Foulkes/Docherty, 2006), e foxe das visión esencialistas que atribúen ás linguas capacidades axentivas coma *o xenio da lingua*<sup>3</sup>.

### 3. AS VISIONS BASEADAS NAS VARIEDADES NAS DIALECTOLOXÍAS

#### GALEGA E PORTUGUESA

Nos traballos de dialectoloxía galega e portuguesa predominaron as visións baseadas nas variedades, pois procurouse o establecemento dos límites ou fronteiras entre linguas e o agrupamento das falas locais en macrovariedades supralocais (*linguas, dialectos, subdialectos, codialectos, bloques, áreas*).

<sup>3</sup> Expresións coma *o xenio da lingua* “otorgan a esta una existencia y unas particularidades más allá de las realizaciones concretas y de sus hablantes: leemos con frecuencia que lengua «es así», que la lengua «exige», «ofrece», «prohíbe» y demás expresiones que muestran una conceptualización metafórica del lenguaje, lengua o el idioma, en forma muy cercana a nuestras conceptualizaciones de espíritus y divinidades” (Bernárdez, 2008, p. 224).

Cintra (1971, pp. 83-99), tras revisar as propostas anteriores, ofrece a súa clasificación dos dialectos portugueses, hoxe canónica. Considera o galego un dialecto máis do portugués e usa como fronteira *dialectal* entre galego e portugués setentrional a isoglosa do enxordecemento das consoantes fricativas coronais voceadas (portugués [ʒ]ente vs. galego [ʃ]ente); como fronteira *dialectal* interna das variedades galegas utiliza a isoglosa da gheada; emprega as isoglosas xa coñecidas para delimitar os dialectos do portugués europeo continental.

Fernández Rei (1982, 1985, 1990) considera galego e portugués linguas distintas, polo que a isoglosa de enxordecemento das consoantes fricativas coronais é *ascendida* a fronteira de lingua. Para a división das variedades galegas no que denomina *bloques* utiliza a isoglosa “resultados de -ANES, -ONES (plural dos nomes en -n)” (Fernández Rei, 1990, p. 66):

|             |                 |                                     |
|-------------|-----------------|-------------------------------------|
| latín       | galego medieval | galego contemporáneo                |
|             |                 | <i>can/cans</i> : bloque occidental |
| CANEM/CANES | <i>can/cães</i> | <i>can/cas</i> : bloque central     |
|             |                 | <i>can/cais</i> : bloque oriental   |

Cintra e Fernández Rei apóianse en Menéndez Pidal (1906) e consideran a isoglosa de (a)ditongación de Ĕ/Ō como unha fronteira entre *galego-portugués e leonés e castelán* (Cintra), ou entre *galego e leonés* (Fernández Rei). Para eles, esta isoglosa separa *linguas* distintas<sup>4</sup>, polo que as relacións que se establecen entre galego e portugués son diferentes das establecidas entre galego-portugués e ástur-leonés.

Para Cintra, aínda que o territorio politicamente portugués continúa xeográfica e lingüisticamente o territorio galego, os portugueses teñen dificultade para percibir esta unidade: comprenden un galego “quando fala o seu dialecto”, mais non ven no seu falar unha variedade do portugués, “a não ser que tenham certa cultura histórica ou linguística”. Isto débese a que “a consciencia da separação política os impede de sentir «linguisticamente» da forma que seria a mais normal” (1971, p. 101).

Fernández Rei concede a unidade *lingüística* galego-portuguesa, mais para el os factores socio-políticos e históricos ós que alude Cintra son tan fortes que permiten separar ámbalas linguas:

<sup>4</sup> Segundo Cintra, a fronteira do galego-portugués “com os dialectos leoneses e castelhanos deve ser traçada, como há muito —em *El dialecto leonés*, 1906— o propôs Menéndez Pidal e se fez no mapa do *Atlas Lingüístico da Península Ibérica*, com base na ditongação ou não ditongação de ĕ e ō tónicos latinos” (1971, pp. 99-100).

Na actualidade, desde o punto de vista estrictamente lingüístico, ás dúas marxes do Miño fálase o mesmo idioma, pois os dialectos miñotos e trasmontanos son unha continuación dos falares galegos, cos que comparten trazos comúns que os diferencian dos do centro e sur de Portugal; pero no plano da lingua común, e desde unha perspectiva sociolingüística, hai no actual occidente peninsular dúas linguas modernas, con diferencias fonéticas, morfosintácticas e léxicas, que poden non impedi-la intercomprensión ó existir un bilingüismo inherente entre o galego e o portugués. (Fernández Rei, 1990, pp. 17-18)

Polo tanto, para ámbolos autores a separación de galego e portugués non é lingüística, senón social, historicamente construída, sociolingüística. Como implicitamente se desprende dos textos, realmente o galego é distinto do portugués porque así o senten os falantes de galego e os de portugués.

En todo caso, nin Cintra nin Fernández Rei precisan de *razóns sociolingüísticas, históricas, culturais, para separar galego de leonés*. Isto resulta estraño pois, dos textos de Fernández Rei parece extraerse a idea de que para xebrar galego e ástur-leonés existen dificultades lingüísticas similares ás que existen para xebrar galego de portugués:

Non é tarefa doada delimitar xeograficamente o territorio lingüístico do galego moderno verbo do leonés occidental e do portugués setentrional, por non existiren límites dialectais ríxidos entre falares que comparten unha mesma orixe. (1990, p. 18)

A dificultade de establece-lo territorio actual de fala galega está no feito de que, aínda que poden sinalarse trazos caracterizadores do galego fronte ó asturiano occidental e ó leonés de León e Zamora, e tamén fronte ó portugués miñoto e trasmontano, que permitirían marcar límites, hai fenómenos comúns que poderían habilitarse para invalidar unha fronteira. (1990, p. 18)

Polo tanto, a pesar destas dificultades, Fernández Rei non se ve na necesidade de afirmar que *lingüisticamente* o galego e o ástur-leonés son a mesma lingua, aínda que separadas por factores políticos, históricos, culturais... Esta visión contrasta, por exemplo, coa fermosa loita de Santamarina (1994, p. 249-251) para poder considerar lingüisticamente galegas as falas asturianas ó oeste do Navia:

Quen vaia estrictamente con criterios de dialectólogo, segundo o fenómeno que escolla, encontrará facilmente argumentos para dicir que o bable ou asturiano chega á raia e que aínda pasa aló do Navia tantas ou cantas leguas. Pero as comunidades lingüísticas non se clasifican polo que din os libros de lingüística senón principalmente polas crenzas e sentimentos compartidos dos propios falantes. (Santamarina, 1994 p. 249)

Así pois, o poder outorgado á isoglosa de (a)ditongación de Ē/Ō tónicos consegue que a separación de galego e portugués sexa discutible (fundamentada en razóns extralingüísticas),

mentres que a separación entre galego e ástur-leonés veña dada e sexa lingüisticamente incuestionable (a pesar das recoñecidas dificultades para trazar a fronteira).

### 3.1. O contínuum na visión centrada nas variedades

Os autores revisados concilian a existencia de linguas e de macrovariedades supralocais (o galego fisterrán, o galego occidental, o galego) coa existencia dun contínuum con fronteiras difusas, a pesar de que, como ben ve Sánchez Rei (2011, p. 200), “a necesidade de delimitar espazos lingüísticos contradí dalgún xeito a constatación dos continuos”. Vexamos estas dúas citas de Fernández Rei:

De atérmonos só a criterios estrictamente lingüísticos, da Fisterra coruñesa á península de Istria xugoslava ou á Calabria italiana, non hai unha serie de *linguas* (galega, asturleonese, castelá, gascona, catalá, provenzal, italiana, etc.), senón máis ben un *continuum* lingüístico, un "latín vulgar" do século XX, un conxunto de dialectos dos que se vai saíndo e entrando imperceptiblemente. (1982, p. 257)

Si [...] nos fijamos únicamente en las isoglosas de unos fenómenos lingüísticos, concluimos que del Fisterra gallego a la ciudad italiana de Trieste [...], no encontramos *linguas diferentes*, sino un *continuum* lingüístico, «un latín vulgar» del siglo XX, una serie de dialectos en los que se va entrando y saliendo imperceptiblemente (gallego, asturleonés, castellano, gascón, aragonés, catalán, provenzal [... etc]). Fernández Rei (1985, p. 85)

Como vemos, as citas son case idénticas, coa diferenza fundamental de que en 1982, entidades coma o galego, o ástur-leonés ou o castelán son clasificadas como linguas (que non existen desde un punto de vista lingüístico), mentres que en 1985 son clasificadas como dialectos (que efectivamente existen e son nomeados)... Como viamos arriba, no seu traballo de 1990, Fernández Rei propón a existencia de isoglosas que serven para trazar fronteiras entre estas linguas que non existían desde un punto de vista lingüístico nin en 1982 nin en 1985.

En todo caso, nos dous textos tamén se nos di que existe un conxunto de dialectos dos que se vai saíndo e entrando *imperceptiblemente*. Esta aseveración motiva dous comentarios. En primeiro lugar, as mudanzas nun contínuum *son perceptibles* (pódese comprobar para a fronteira galaico-asturiana no traballo de Penny, 2009). De feito, as variedades van mudando de lugar en lugar, unhas veces nuns trazos, outras veces noutros... e as persoas notan as diferenzas e mesmo as comentan. Por exemplo, na Táboa 1 observamos que nun tramo de 50 km que vai de W a E no occidente de Galicia podemos encontrar as seguintes variantes en só catro variables dialectais (as zonas grises mostran solucións centro-orientais). Como vemos, as variedades van cambiando paulatinamente, trazo a trazo, recordándonos dalgún xeito que *cada palabra ten a súa historia*.

**Táboa 1.** Ilustración do contínuum xeolectal no occidente galego.  
Fontes: *ALGa 2*, Dubert García, 1999, e datos propios.

| variable             | Busto de Frades | S.C. Fecha | Santiago | Barciela | Novefontes                         |
|----------------------|-----------------|------------|----------|----------|------------------------------------|
| (irmán) <sup>5</sup> | o irmán         | o irmán    | o irmán  | o irmao  | o irmao                            |
| (irmá)               | a irmán         | a irmán    | a irmán  | a irmán  | a irmá                             |
| (gran)               | o gran          | o grao     | o grao   | o grao   | o grao                             |
| (cans)               | os cans         | os cans    | os cas   | os cas   | os cas                             |
|                      |                 |            |          |          | Concello de Santiago de Compostela |

En segundo lugar, e máis importante, a Táboa 1 tamén mostra que non só hai contínuum e transición na zona en que se funden as falas catalogadas como galegas e as catalogadas como asturianas... Máis ben, nos territorios de falas constitutivas *todo é contínuum e transición*: de Fisterra a Ribadeva e máis ala. Desde este punto de vista, non existen zonas centrais, puras, prototípicas, dunha lingua separadas por zonas de transición, nin estas forman áreas independentes das circundantes. Por esta razón non concordo con Sánchez Rei (2011, p. 200) cando afirma que:

O heteroxéneo das falas asturo-leonesas xa enforma unha variedade románica de transición entre o sistema galego-portugués e o español, isto é, entre o iberorromance occidental e o iberorromance central, ás veces participando de trazos lingüísticamente galegos (como a manutención de F- latino) e noutras ocasións a constatar fenómenos de evolución tipicamente casteláns (cal é o caso da ditongación de Ē e Ō), sen tampouco faltaren exemplos de características locais asturo-leonesas (como a palatalización de L-latino).

Como vemos, Sánchez Rei considera que *as falas ástur-leonesas* son unha variedade de transición situadas entre dous *sistemas*, *o galego-portugués e o español* (fronte a Menéndez Pidal, que incluían o ástur-leonés no sistema iberorromance central). Tampouco concordo cos autores de *ETLEN* (p. 10) cando reducen a área de transición ó galego nororiental e ó asturiano occidental:

Desde la frontera ente dos romances constitutivos y limítrofes non ye brusca, a la fuerca hai nella una zona de transición con dos augaes, una pa escontra'l gallegoportugués y otra pa escontra l'asturllionés. N'efectu, la transición pel llau llingüísticamente gallegoportugués sería'l conxuntu de fales allugaes ente los ríos Eo y Navia y territorios que s'adientren na zona oriental de Lugo. De la mesma manera, la transición pel llau llingüísticamente asturllionés habría que la asitiar nes llamaes zonas C y D del asturiano occidental limítrofe (d'acuerdu cola clasificación tradicional de Diego Catalán [...]).

<sup>5</sup> Segundo as convencións da sociolingüística, as variables escríbense entre parénteses.

Polo tanto, se os cambios se producen de xeito gradual: (a) non nos movemos entre linguas separadas/unidas por transicións, senón dentro dun contínuum non segmentable; (b) non existen dialectos prototípicamente galegos (quizais o fisterrán?) e dialectos prototípicamente ástur-leoneses (o asturiano central?), conectados por zonas de transición.

Se as cousas son así... ¿como separamos galego de asturiano por unha vía estritamente lingüística? Na miña opinión, non podemos... O método da xeografía lingüística non foi deseñado para iso, como viamos arriba, pois o seu obxecto son os feitos lingüísticos individuais, non as agrupacións supralocais. Realmente, poderíamos modificar nos seguintes termos a cita de Fernández Rei (1990, pp. 17-18) que recollín arriba:

*Na actualidade, desde o punto de vista estritamente lingüístico, ás dúas marxes do Navia fálase o mesmo idioma, pois os dialectos de alén Navia son unha continuación dos falares de aquén Navia, cos que comparten trazos comúns que os diferencian dos do Oeste [Galicia] e dos do Leste [resto de Asturias]; pero no plano da lingua común, e desde unha perspectiva sociolingüística, hai no actual occidente peninsular dúas linguas modernas, con diferencias fonéticas, morfosintácticas e léxicas, que poden non impedi-la intercomprensión ó existir un bilingüismo inherente entre o galego e o asturiano.*

Isto é o que naturalmente se desprende ademais das dúas citas anteriores de 1982 e 1985. Se non outorgamos superpoderes á isoglosa de (a)ditongación de Ĕ/Ŏ tónicos ou de caída de -N- intervocálico, e estas isoglosas pasan a ser coma as outras, as dificultades para separar leonés e galego son similares (se non maiores) ás que existen para separar galego e portugués. Polo tanto, para distinguir ástur-leonés de galego precisaremos de algo máis ca dunhas isoglosas: necesitaremos os factores sociolingüísticos, culturais, históricos.

Isto non é ningunha novidade... Máis ben, xorde de recordar a doutrina básica, que repetimos constantemente nos manuais de lingüística, e que nos resistimos a aceptar:

No hay ningún criterio que pueda determinar la diferencia entre dialecto románico y lengua románica, ya que la esencia de una lengua se determina no sólo por el criterio lingüístico sino también por factores históricos, políticos, culturales y literarios. De ello se sigue que, desde un punto de vista meramente lingüístico, deberían existir solamente dialectos románicos, pero al mismo tiempo *un punto de vista meramente lingüístico es equivocado metodológicamente*, porque sin duda existen también lenguas románicas. (Vidos, 1973, p. 275; cursivas miñas)

Este é o gran paradoxo: a aplicación só de criterios lingüísticos é un método insuficiente que non dá idea dos obxectos lingüísticos que hai no occidente iberorrománico. De feito, como mostra Monteagudo, mesmo a distinción entre portugués e castelán, que hoxe nos parece tan clara e evidente, é o resultado dunha construción socio-histórica *moderna* (loxicamente apoiada en feitos lingüísticos, cousa que resulta innegable):

‘Portugués’ e ‘castelán’ non existen como linguas desde o século XIII, ao menos como ‘linguas nacionais’ tal como hoxe son entendidas. As linguas portuguesa e castelá son produtos de cadanseu proceso histórico. Falando moi rapidamente, unha e outra foron modalidades romances en formación ata aproximadamente os finais do século XV, isto é, variedades máis ou menos claramente recoñecidas dunha entidade máis ampla, de identidade e perfís nebulosos, que se adoitaba denominar ‘romance’, ‘lingua vulgar’ ou ‘linguagem’. Desde o século XV ata ben entrado o XVII, ‘portugués’ e ‘castelán’, a pesar de estaren cada vez máis claramente definidos —grazas á súa asociación a un centro de poder monárquico e á

correspondente identidade colectiva de cadanseu reino, ao seu cultivo literario na época clásica e ao labor dos gramáticos e codificadores renacentistas—, aínda tendían a ser consideradas dúas modalidades cultivadas dunha entidade maior confusamente definida, que se adoitaba chamar ‘hespanhol’ ou ‘lengua vulgar de España’. (Monteagudo, 2017a, p. 23)

Como este historiador sinala, “a individuación do castelán e o portugués só culminou de xeito definitivo entre os finais do século XVII e os comezos do século XVIII” (Monteagudo, 2017a, p. 24). O mesmo vale para as falas do noroeste da Península Ibérica, cuxa *lingüificación* é máis tardía aínda (Monteagudo, 2017b, p. 15); non hai moito tempo que o galego se consideraba dialecto e segue a haber quen lle nega ó asturiano o carácter de lingua independente.

Curiosamente, no método tipófilo cualitativo que vimos de explorar, as linguas xorden da elevación a fronteiras dun número limitado de isoglosas concretas (i.e., de fenómenos lingüísticos individuais) seleccionadas polos lingüistas seguindo criterios convencionais (Veny 1992, p. 205). Estas convencións poden variar de autor a autor, e iso explica as diferentes segmentacións dialectais que se teñen efectuado, por exemplo, sobre o galego (Sánchez Rei, 2011). Estas isoglosas transubstáncianse en *fronteiras* entre as macrovariedades:

Dando al término «frontera» todo el valor relativo que se quiera, no hay duda que existen fronteras, más claras o más borrosas, más nítidas o más difusas. Y la prueba la tenemos en la búsqueda insistente, por parte de los especialistas, de las causas que las hayan podido generar. (Veny, 1992, p. 207)

Porén, o estudo da historia dunha isoglosa non é proba da existencia dunha fronteira; é simplemente a procura dunha explicación para a súa extensión xeográfica. A transformación da isoglosa en fronteira é unha operación diferente (que non é lingüística) á identificación da propia isoglosa. Realmente, non só precisan explicación histórica a extensión da (a)ditongación de Ĕ/Ō, ou a caída de -N- intervocálico, isoglosas seleccionadas como fronteiras: tamén precisan explicación as isoglosas que non se usan para trazar fronteiras (Dubert García, 2017), coma a da perda de -/o/ final en -INUM (VICINUM > *vecín*), que penetra en Galicia; a da conservación de /it/ < -CT-, -LT- (MULTUM > *muíto*), que abarca Galicia e a metade occidental de Asturias; a de simplificación de -NN- en -[n]-, que aparece en galego, portugués e a zona occidental e o centro sur do asturiano (García Arias, 2003). Estas isoglosas tamén poderían estar condicionadas por factores históricos, que non se buscan, dado que estas isoglosas non conforman fronteiras. Polo tanto, a necesidade de explicar a historia dunha isoglosa non xustifica que esta se transforme en fronteira, sobre todo cando vemos que moitas outras isoglosas aparentemente non coinciden con fronteira extralingüística ningunha.

### 3.2. O imperialismo filolóxico, as áreas lingüísticas predefinidas e a árbore xenealóxica

No fondo, esta visión baseada nas variedades ten tamén unha historia explicable en termos de *socioloxía da ciencia*: a suma das tradicións investigadoras e as crenzas políticas dos lingüistas. Comecemos pola ideoloxía: ¿por que Menéndez Pidal seleccionou a isoglosa de (a)ditongación de Ĕ/Ō tónicos, e non outra? Segundo Fernández-Ordóñez (2006, p. 3), así Pidal integraba como *base do español* as variedades ástur-leonesas, castelás e aragonesas. E iso provoca, claro está, que nos preguntemos por que quería iso.

Canto ás tradicións investigadoras, posiblemente estamos tamén ante outra expresión do que Moreno Cabrera (2012, 2013) denomina *imperialismo filolóxico*, i.e., “tomar la lengua escrita como patrón de referencia fundamental a la hora de describir las lenguas habladas, lo cual supone subordinar la lingüística a la filología” (Moreno Cabrera, 2013, p. 72). Por exemplo, hoxe podemos considerar que A e B son linguas distintas porque teñen escritas distintas.

Neste caso, o imperialismo filolóxico expresárase por medio da nosa tendencia a pensar “en términos de las lenguas nacionales de hoy, y a articular la historia de las lenguas en términos de historias individuales de esas lenguas de carácter nacional” (Bernárdez, 2008, p. 291). É o que Monteagudo denomina doutrina dos *espazos lingüísticos preconfigurados*:

As filoloxías nacionais tomaron como obxecto de estudo as linguas nacionais –preferentemente, da súa variedade modelo–, e en consecuencia o seu relato está orientado cara á situación contemporánea. Así, tenden a aplicar de xeito máis ou menos mecánico operacións de retroproxección das realidades actuais, sobreimpoñendoas ás situacións do pasado. Destarte, as linguas nacionais aparecen xa configuradas como tales desde as súas orixes medievais, mentres que os respectivos espazos lingüísticos (significativamente denominados *dominios*) se dan como xa delimitados *ab initio* precisamente porque, nun razoamento circular, desde o comezo estaban predestinados a un porvir nacional. (Monteagudo, 2017a, p. 22)<sup>6</sup>

Segundo esta doutrina (tamén Bernárdez, 2008; Fernández-Ordóñez, 2011, 2012; Lüdtke, 1996; Moreno Cabrera, 2012), o galego-portugués xa existía con fronteiras lingüísticas claras co ástur-leonés na Idade Media (véxase Dubert-García, 2017). Ora ben, o proceso polo que se crea o galego-portugués medieval separado do ástur-leonés consiste en:

a) Trazamos hoxe convencionalmente a fronteira actual entre galego-portugués e ástur-leonés pola isoglosa de (a)ditongación de Ĕ/Ō (ou outras, coma o comportamento de -N-intervocálico);

b) Levamos ó pasado esta *fronteira* lingüística que trazamos hoxe e convertémola na fronteira medieval entre galego-portugués e ástur-leonés;

<sup>6</sup> “A romanística e a hispanística tradicionais traballaron co presuposto de que os espazos lingüísticos recoñecidos na actualidade estaban preconfigurados desde o momento de fragmentación do latín, e podían considerarse constituídos na Idade Media. Así, danse como daquela xa definidos un espazo lingüístico castelán, outro ástur-leonés e outro galego-portugués” (Monteagudo, 1999, p. 87).

c) Aceptamos que ástur-leonés e galego-portugués xa estaban formados e divididos na Idade Media, grazas a esta fronteira..., que trazamos no presente!

d) Buscamos na historia as razóns das fronteiras entre as linguas (as tribos celtas, o reino suevo, a Reconquista).

Isto torna evidentemente un problema a existencia de textos medievais coma os recollidos por Cintra (1959), en que aparecen mesturadas formas que hoxe consideramos galego-portuguesas e ástur-leonesas. Cabe preguntarse se para os autores dos textos estas mesturas eran tan problemáticas.

A doutrina dos *espazos lingüísticos preconfigurados* apóiase tamén na metáfora da *árbore xenealóxica*: o galego e o portugués proveñen do galego-portugués, que provén do latín, que provén do indoeuropeo... Ora ben, como xa sinalou Lüdtke, esta metáfora non resulta facilmente aplicable ós dialectos constitutivos do noroeste ibérico:

El árbol genealógico sugiere, además, que la historia de las poblaciones y de sus idiomas se despliega en línea recta hacia una meta preestablecida; ello es gratuito y no corresponde en absoluto con la realidad. Un ejemplo: en el año 1000 aún no existían lenguas románicas sino sólo un conglomerado de dialectos; y nadie hubiera sido capaz de prever entonces la situación de 1000 años después, ni cuántas lenguas románicas habría, ni cuáles serían. (Lüdtke, 1996, p. 50)

Efectivamente, ninguén no ano 1000 podía prever que os territorios que hoxe chamamos Galicia se ían separar dos que chamamos norte de Portugal, nin que o Bierzo se separase de Galicia, nin que Galicia quedase politicamente asociada sucesivamente a León, a Castela e a España: ninguén prevía, polo tanto, que hoxe existisen como linguas distintas o galego, o portugués e o ástur-leonés nin as súas fronteiras. Pero, ademais, ¿como casa esta busca de fronteiras coa afirmación de que “no encontramos *lenguas diferentes*, sino un *continuum* lingüístico, «un latín vulgar» del siglo XX” (Fernández Rei, 1985, p. 85)? Como sinala Lüdtke, o latín non morreu nin foi substituído por outros idiomas, “sino que continúa funcionando, aunque bajo la etiqueta de «románico». El cambio de nombre fue un hecho meramente ideológico y cultural” (1996, p. 52)<sup>7</sup>.

A metáfora da *árbore xenealóxica* tamén é problemática porque:

A juzgar por el modelo del árbol genealógico y de la fragmentación, la constitución de fronteras lingüísticas es un *deus ex machina* que imposibilitaría la futura comunicación. En realidad, las fronteras lingüísticas —donde las hay— son una secuela de la actuación comunicativa de los hablantes. (Lüdtke, 1996, p. 51)

<sup>7</sup> Dun xeito parecido conclúe Varvaro tras analizar a fragmentación do latín vulgar nos diversos romances: “fragmentation is nothing other than the delayed consequence of a profound restructuring of the sociolinguistic system of the community. But everyone can continue to believe that the system is unchanged until lack of understanding, the acid test of linguistic functionality, shows that it not so” (Varvaro, 1991, p. 50). Ora ben, segundo sabemos, un falante de galego pode comprender un falante de asturiano, de xeito que intercomprensión segue a ser posible entre ámbalas *linguas*. O mesmo vale para un falante de galego e outro de español.

O *imperialismo filolóxico*, a combinación da metáfora da árbore xenealóxica, da doutrina dos espazos lingüísticos preconfigurados e da visión baseada nas variedades implican que se poida escribir a historia dunha lingua, ou mesmo describila, sen prestar atención ás outras que están ó seu redor (Dubert García, 2010, 2017, para unha crítica). Porén, xa nos avisa Fernández-Ordóñez de que:

Ninguno de los reinos medievales dispuso de una variedad lingüística homogénea y [...] todos los territorios, de fronteras móviles y permeables, compartieron rasgos lingüísticos. [...] No puede pensarse que esta permeabilidad haya finalizado en época posterior a la Edad Media. [...] La historia de las lenguas no depende de una proyección simple de las fronteras políticas, ni medievales ni posteriores, ni puede acotarse sobre ellas. Las estructuras lingüísticas se difunden y circulan igual que lo hacen las palabras, los conceptos o los hombres. (Fernández-Ordóñez, 2011, p. 90)

As fronteiras que hoxe trazamos para individualizarmos linguas non impiden hoxe nin impediron no pasado os desprazamentos de ítems lingüísticos a través delas. A extensión de cada trazo só reflicte áreas de interacción entre falantes. Son estes trazos lingüísticos o obxecto de estudo da xeografía lingüística tradicional.

#### 4. A DIALECTOLOXÍA BASEADA NOS ÍTEMS INDIVIDUAIS:

##### ÁREAS XEOLINGÜÍSTICAS E VARIEDADES LOCAIS

Polo tanto, sabemos que os fenómenos lingüísticos viaxan de xeito individual, con vida propia, mostrándonos lugares xeográficos en que se produce algún tipo de interacción social. Este avance individual dos trazos provoca e explica alternancias gramaticais interesantes dentro das variedades, como vemos na Táboa 2, en que se combinan a caída de *-o* final nos resultados de *-ĪNUM*, a caída de *-N-* e a xeración dunha consoante nasal antihiática.

**Táboa 2.** Resultados romances actuais de VICĪNU/VICĪNA

| variedades A  | variedades B  | variedades C | variedades D  | variedades E  |
|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|
| <i>veciño</i> | <i>vecín</i>  | <i>vecín</i> | <i>vecín</i>  | <i>vecino</i> |
| <i>veciña</i> | <i>veciña</i> | <i>vecía</i> | <i>vecina</i> | <i>vecina</i> |

Neste traballo propoño distinguir entre *variedades locais* e *áreas xeolingüísticas*. As *variedades locais* son, claro está, as falas que aparecen nunha localidade concreta. A identificación e segregación destas variedades requiren xa abstracción e construción por parte do lingüista: na vila de Muros (A Coruña), a maioría dos falantes presenta *seseo* (pronuncian con [ʃ] palabras coma *caza* e *casa*); porén, en Muros tamén existen falantes sen *seseo* (distinguen *caza* [θ] de *casa* [ʃ]) ou que o presentan con variación estilística. Con todo, dado que o *seseo* é un trazo maioritario, propio dos basilectos e mesolectos locais (Dubert García,

2002), consideramos que o galego desta vila é *seseante*. Xa Penny (2007) comenta esta selección dos trazos lingüísticos por sociolectos e estilos: entre varios puntos xeográficos, só son comparables os datos tomados de sociolectos e estilos paralelos. Polo tanto, moitas formas quedan excluídas das análises deseñadas polo investigador e por iso falo de *abstracción e construción* dunha variedade local.

Por outra parte, unha *área xeolingüística* é un espazo xeográfico en que se localizan variedades locais caracterizadas por compartiren un ou máis trazos lingüísticos (Dubert 2004, 2017). As áreas xeolingüísticas defínense polos trazos que esteamos analizando. Desde este punto de vista, o galego falado en Muros pertence a:

- a) unha área caracterizada polo *seseo* (Fernández Rei, 1990, p. 55),
- b) unha área caracterizada pola *gheada* (Fernández Rei, 1990, p. 53),
- c) unha área caracterizada polas formas *ti cantastes* (Fernández Rei, 1990, p. 88).

Máis aínda, as áreas xeolingüísticas non conteñen variedades locais homoxéneas, que compartan o resto dos trazos. Como se mostra na Táboa 3, a área xeolingüística *seseante* contén variedades locais en que se usan formas diverxentes.

**Táboa 3.** Variedades locais agrupadas na área xeolingüística *seseante*

| Fisterra    | Carnota     | Muros       | Brión       |
|-------------|-------------|-------------|-------------|
| batiu/comiu | batiu/comiu | bateu/comeu | bateu/comeu |
| muito/nuite | muito/nuite | moito/noite | moito/noite |
| vén onte    | vén onte    | veu onte    | veu onte    |
| queira      | quira       | queira      | queira      |
| estón       | estou       | estou       | estou       |
| vinche onte | vinche onte | vinche onte | vinte onte  |

Nos *continua xeolectais*, os límites das linguas non coinciden cos das áreas xeolingüísticas, pois, como acabamos de ver, son entidades establecidas con criterios diferentes. As áreas xeolingüísticas son entidades deseñadas, localizadas, polos lingüistas; as linguas son entidades creadas e identificadas polos falantes, por medio da convención social: as primeiras son entidades *etic*, en canto as segundas son entidades *emic* (Dubert García, 2004)<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> “A proba da adecuación das descrições e análises *emic* é a súa correspondencia cunha visión do mundo que os participantes nativos aceptan como real, significativa e apropiada. Ó levar a cabo a investigación no modo *emic*, os antropólogos tratan de adquirir un coñecemento das categorías e regras necesarias para pensar e actuar coma un nativo. [...] A proba da adecuación das descrições *etic* é, sinxelamente, a súa capacidade para xerar teorías frutíferas desde un punto de vista científico sobre as causas das diferenzas e semellanzas socioculturais. En vez de empregar conceptos que sexan necesariamente reais, significativos e apropiados desde o punto de vista do nativo,

#### 4.1. Areas xeolingüísticas rexionais e áreas xeolingüísticas suprarrexionais

Polo tanto, cada área xeolingüística ten a súa extensión territorial e unhas áreas son maiores cás outras. Debido ó seu tamaño e á relación que teñen unhas áreas coas outras, Catalán (1956-57/1957-58) distingue *áreas xeolingüísticas rexionais* e *áreas xeolingüísticas suprarrexionais*:

Conviene que separemos netamente las soluciones características sólo de una limitada región dentro del dominio leonés, de aquellas que son propias de comunidades lingüísticas muy amplias. Estas soluciones supra-regionales, aun en aquellos casos en que dividen en dos zonas el asturiano occidental, podemos, con seguridad, considerarlas como impuestas a las hablas locales, y no desarrolladas en ellas; sus fronteras son el resultado de la inmovilización de grandes frentes de onda que un día avanzaron a todo lo ancho de la Península en dirección Este-Oeste (u Oeste-Este). (Catalán, 1956-57/1957-58, p. 76)

En última instancia, a diferenza entre unhas e outras xorde da extensión acadada por unha mudanza lingüística desde a súa *área focal* orixinaria (Hock, 1991). Algunhas mudanzas avanzaron pouco e deron lugar a áreas rexionais; outras avanzaron enormemente (as que Catalán denomina *grandes frentes de onda*) e crearon áreas suprarrexionais. Como cada mudanza avanza independentemente desde a súa área focal, poden existir solucións rexionais no interior dunha área suprarrexional ou solucións rexionais que se estenden entre dúas ou máis áreas suprarrexionais (Dubert García, 2010).

Son exemplos de solucións ou áreas suprarrexionais:

- Preservación/perda de F-: *fariña/farina* vs. *harina*.
- Preservación de consoantes palatais como resultado de -LJ-, -K'L-: *allo/ayu* vs. *ajo*.
- (a)ditongación de Ě/Ŏ tónicos: *dente* vs. *diente*.
- Preservación/perda de sibilantes ápico-alveolares: [ʃ]al vs. [s]al.
- Preservación/perda da consoante africada postalveolar xorda: [tʃ]apa vs. [ʃ]apa.
- Caída/preservación de -L- intervocálico: *quente* vs. *calente/caliente*.
- Dexeminación/palatalización de -LL-: *aquela* vs. *aquella*.
- Caída/preservación de -N-: *cans/cas/cais/cães* vs. *canes*.
- Dexeminación/palatalización de -NN-: *pano* vs. *pañu/pano*.
- Africación/lateralización de PL-, CL-, FL- iniciais: [tʃ]ave, [tʃ]ave vs. [ʎ]ave.
- Preservación/palatalización de -it- < -KT-, -KS-...: *dereito* vs. *derechu/derecho*.
- Preservación/fusión dos ditongos -ei-/ou-: *mad[é]ra* vs. *mad[é]ra, mat[ów]* vs. *mat[ó]*.
- Perfectos fracos tipo *comeu/comeo/comiu/comío* vs. tipo *comió*.
- Perfectos fortes tipo *fixo/fezo/hizo, houbo/hubo* vs. *fez, houve*.

---

o antropólogo emprega categorías e regras derivadas do vocabulario da ciencia —categorías e regras que, con frecuencia, non son familiares ó nativo” (Harris, 1988, p. 175).

A preservación de *f-* inicial deseña unha área en que entran tódolos dialectos galegos, portugueses e gran parte dos asturianos; a preservación dos ditongos *-ei-* e *-ou-* dáse en galego, portugués no norte e ástur-leonés occidental, mentres que a monotongación dáse en portugués central e meridional, en asturiano central e oriental e en castelán; os perfectos fortes tipo *fixo*, *houbo* (coa 3sg rematada en *-o*) caracterizan o galego, ástur-leonés e o castelán, fronte ó portugués (Dubert García, 2013); a dexeminación de *-LL-* non coincide coa de *-NN-*, pois a segunda chega máis ó oriente, de modo que caracteriza unha parte do asturiano; os perfectos fracos *comeu/comiu* aparecen en galego, portugués e ástur-leonés occidental e os tipo *comió* no resto do ástur-leonés e no castelán (véxanse, por exemplo, García de Diego, 1959; Zamora Vicente, 1967; García Arias, 2003; Martínez Álvarez, 1996; Alarcos, 1996; Borrego Nieto, 1996).

Parecen solucións rexionais:

- Perda de *-o* en *-ĪNUM*: *camín* vs. *caminho/camiño/camino*.
- Perda de *-o* en *-ĒNUM*. *centén* vs. *centeio/centeio/centeno*.
- Palatalizacións de *L-*: *lleite* vs. *leite*.
- Africación de *L-*, *-LL-*: [tʃ]obu, [dz]obu, [t]obu, [d]obu vs. *lobo*.
- Diferentes resolucións dalgúns hiatos nasais medievais: *irmão* > *irmán/irmá/irmao*; *vezã* > *veciña, vecía*; *ũa* vs. *unha/uma/úa*.
- Pretéritos fracos tipo *comeu/parteu*, vs. *comiu/partiu*, vs. *comeu/partiu*.
- Abaixamento de vogais altas iniciais por influencia do alomorfo [j] da conxunción *e*: *jɔ sol* ‘e o sol’.
- Consoante nasal en *eu batín, eu partín, eu falén*.
- Formas de perfecto fraco tipo *eu andí(n), eu cantí(n)*.

Por exemplo, as formas tipo *camín* ‘camiño’ aparecen no ástur-leonés e no galego oriental, a un lado e a outro das isoglosas de caída de *-N-*, *-L-*, de dexeminación de *-NN-* e de *-LL-*, de (a)ditongación de *Ĕ/Ō* tónicos ou de preservación de *-ei-* e *-ou-*; a área de africación de *L-*, *-LL-* vese recortada no leste pola área suprarrexional de preservación de *-ei-* e *-ou-* (Martínez Álvarez, 1996); a consoante nasal na 1sg dos Pretéritos Perfectos de Indicativo fracos aparece, de diversas formas, en dialectos galegos e portugueses non conexos (Dubert García, 2014) e hai dialectos galegos que, coma os portugueses e os asturianos, non presenta a nasal (Fernández Rei, 1990); as formas tipo *eu andí(n)* ou *eu cantí(n)* aparecen en dialectos non conectados de Galicia e Portugal (Fernández Rei, 1990; Diéguez González, 2009); a disimilación *jɔ sol* ‘e o sol’ aparece no centro e leste de Galicia e no norte de Portugal (Diéguez González, 2002; Segura, 2013).

Como vemos, as áreas suprarrexionais non coinciden coas fronteiras de lingua, a pesar da grande amplitude xeográfica que acadan. As áreas suprarrexionais caracterizadas pola preservación de *-ei-* e *-ou-* ou a dexeminación de *-NN-* esténdense ó longo de territorios galegos, portugueses e asturianos; as áreas deseñadas pola preservación do *-L-* intervocálico ocorre dentro de dialectos catalogados como galegos: *quente* vs. *calente*. As áreas rexionais tamén poden cabalgar, agrupando variedades atribuídas linguas diferentes: formas tipo *camín* ‘camiño’, que aparecen en galego e ástur-leonés.

Por outra parte, unha isoglosa simplemente separa dúas variantes dunha variable xeográfica; o seu carácter rexional ou suprarrexional, depende da súa extensión xeográfica. Neste sentido, desde un punto de vista estritamente dialectal, tódalas isoglosas son iguais: corren de norte a sur, de leste a oeste, entrecrúzanse etc., con independencia de como as clasifique o lingüista. Pola contra, a fronteira resulta da atribución *por convención* dunha propiedade a unha isoglosa (ou a un conxunto de isoglosas); pero recordemos, esta propiedade non é inherente nin consubstancial, senón atribuída. As motongacións de *-ei-* e *-ou-* producen isoglosas que ninguén decidiu usar como fronteira de lingua, a pesar de que afecta a tódolos verbos regulares da primeira conxugación, ó futuro de tódolos verbos de tódalas conxugacións, ó sufixo produtivo *-eir-* (*obreiro*) e a centos de palabras. A nasal final de *batín*, *partín*, que conforma áreas rexionais dentro do galego, foi usada como fronteira de lingua por Fernández Rei (1990), a pesar de que algúns dialectos galegos non presentan ese segmento nasal (e si o presentan algúns dialectos portugueses: Dubert García, 2014).

#### 4.2. A práctica da dialectoloxía por medio da análise de áreas xeolingüísticas

Se cada ítem dialectal se estende individualmente ó logo do espazo e do tempo desde a súa área focal, a análise da extensión dos fenómenos nunha aproximación atomista ou *item-based* ilumina á vez a historia interna e externa das linguas, pois alén de fornecer ferramentas para describir os cambios lingüísticos (recordemos *veciño/veciña*, *vecín/veciña*/, *vecín/vecía*/, *vecín/vecina*/, *vecino/vecina*), mostra as interaccións dos falantes e das comunidades de que forman parte<sup>9</sup>. As áreas xeolingüísticas que xorden ó analizar os fenómenos individuais fundaméntanse na historia, nos contactos entre os habitantes dun territorio, que se producen a pesar das fronteiras culturais, políticas, económicas (como ben saben os investigadores en áreas

---

<sup>9</sup> No fondo, creo que esta é a mellor interpretación posible dos resultados do método dialectométrico de Hans Goebel, que cuantifica diferenzas ou similitudes entre os puntos dun atlas lingüístico, dándolles o mesmo valor a tódolos trazos detectados en cada punto e agrupando os puntos polo seu grao de similitude. Os diferentes tipos de agrupamentos de falas que se producen (sempre relativos), poden indicar zonas de maior interacción entre falantes..., pero non necesariamente *dialectos*, nin moito menos *límites de dialectos* (Dubert García, 2011).

xeolingüísticas: Heine/Kuteva 2006; Haspelmath, 2001). Véxase unha boa ilustración deste modo de traballo aplicado ó léxico en toda a Península Ibérica en Fernández-Ordóñez (2011).

Por exemplo, vemos nas Táboas 4, 5, 6, 7 e 8 que galego e ástur-leonés comparten formas verbais irregulares que agrupan estas variedades fronte ó portugués e ó castelán (para unha análise pormenorizada, Dubert García, 2017; véxase *ALGa I*; Rodríguez Castellano, 1954; Cano González, 1981).

**Táboa 4.** Presente de Indicativo do verbo *facere*

|           |                |              |     |                                    |                                |           |
|-----------|----------------|--------------|-----|------------------------------------|--------------------------------|-----------|
| galego    | fago,<br>faigo | fas,<br>fais | fai | facemos, faemos,<br>femos          | facedes, faedes,<br>feis       | fan, fain |
| asturiano | faigo          | fais         | fai | facemos, fademos,<br>faemos, femos | facéis, fadéis,<br>fedes, féis | fan, fain |

**Táboa 5.** Imperfecto de Indicativo do verbo *facere*

|           |                |                  |                |                      |                      |                  |
|-----------|----------------|------------------|----------------|----------------------|----------------------|------------------|
| galego    | facía,<br>faía | facías,<br>faías | facía,<br>faía | facíamos,<br>faíamos | faciades,<br>faiades | facían,<br>faían |
| asturiano | faía,<br>fía   | faíes,<br>fías   | faía,<br>fía   | faíamos,<br>fíamos   | faíais,<br>fíais     | faían,<br>fían   |

**Táboa 6.** Presente de Subxuntivo do verbo *dar*

|                                  |             |               |             |                   |                                 |               |
|----------------------------------|-------------|---------------|-------------|-------------------|---------------------------------|---------------|
| galego e asturiano<br>occidental | dea,<br>día | deas,<br>días | dea,<br>día | deamos,<br>diamos | deades, diades,<br>deáis, díaís | dean,<br>dían |
|----------------------------------|-------------|---------------|-------------|-------------------|---------------------------------|---------------|

**Táboa 7.** Perfecto de Indicativo de *facere*

|                         |                |                      |                      |                    |                      |                              |
|-------------------------|----------------|----------------------|----------------------|--------------------|----------------------|------------------------------|
| galego                  | fixen<br>ficen | fixeches<br>ficeches | fixo<br>fizo<br>fezo | fixemos<br>ficemos | fixestes<br>ficastes | fixeron<br>ficeron<br>fixeno |
| asturiano<br>occidental | fixi           | fixisti              | fixo                 | fiximus            | fixisti(s)           | fixenu(n)                    |

**Táboa 8.** Perfecto de Indicativo de *querere*

|                         |                                  |                        |       |          |             |            |
|-------------------------|----------------------------------|------------------------|-------|----------|-------------|------------|
| QUERER                  | Pretérito Perfecto de Indicativo |                        |       |          |             |            |
| galego                  | quixen                           | quixeches<br>quixestes | quixo | quixemos | quixestes   | quixeron   |
| asturiano<br>occidental | quixi                            | quixesti               | quixo | quixemos | quixesti(s) | quixenu(n) |

Como se ve, os radicais dos verbos mostran todos unha evolución converxente de galego e ástur-leonés occidental. Algunhas destas similitudes poden ser antigas, de aí das formas *día*, *días* do Presente de Subxuntivo no verbo *dar*, que quizais se remontan xa ó latín vulgar; outras deben ser máis modernas, coma os radicais palatalizados *quix-* do perfecto de QUERER e, sobre

todo, *fix-*, de FACER (cunha consoante radical fonoloxicamente imprevisible /f/, pois o esperable de FECI era /fiθ/, tamén recollido en galego e ástur-leonés).

O que vemos aquí son os restos actuais dunha rexión xeolingüística histórica, a Gallaecia Magna, que Piel estableceu con datos toponímicos, no curruncho máis noroccidental da vella Gallaecia, na que entran territorios do noroeste portugués, Galicia e oeste de Asturias (ata Oviedo). Para Castro, esta Gallaecia Magna é:

Aquele territorio cujos dialectos, no plano fonético e no lexical, presentan de modo exclusivo as características que individualizam o portugués e o galego ainda hoje. Constituem-no as actuais províncias portuguesas do Douro Litoral, Minho, ocidente de Trás-os-Montes, quase toda a Galiza (com excepção da província de Orense) e a parte ocidental da província de Oviedo (Castro, 1991: 167).

Esta rexión, vén compartindo, intercambiando ou preservando todo tipo de trazos, coma por exemplo (García de Diego, 1959; Zamora Vicente, 1967; Martínez Álvarez, 1996; Borrego Nieto, 1996):

- Xénero masculino en substantivos coma *sal, leite, labor, ubre, mel, cal, lume/llume, cume*, etc.; un numeral feminino *dúas, dúes*.
- Posesivos tipo *meu, mieu, sou, seu, tou, teu, noso/nuesu* fronte ó tipo *mio, to, so, nuestro*.
- Posesivos tónicos antepostos precedidos de artigo: *o meu can, el mieu can*.
- Verbos da segunda conxugación coma *firver/ferver, bater, morrer, finder/fender* ou na C3 verbos coma *tusir*.
- Sufixo *-no(n)* de 3pl no Pretérito Perfecto de Indicativo: *quixeno/quixenon*.
- Sufixo *-des/-de* para a 2pl.
- Formas *imos, ides* para as 1pl e 2pl do Presente de Indicativo do verbo *ir*.
- Ausencia de formas compostas dos verbos (tipo *haber + participio*).
- Valores do pluscuamperfecto expresados co sufixo *-ra*: *cantara, saltara*.
- Colocación enclítica dos pronomes átonos.
- Construcións sen reflexivos indirectos ou posesivos: *lavó las manos*.
- Perífrase inminente (Álvarez/Xove, 2002, p. 356) *hubo de caer* co mesmo valor ca en galego: ‘case cae, estivo a piques de caer’.

Vemos non só trazos fonéticos, senón tamén trazos morfolóxicos ou sintácticos (deixando de lado as similitudes lexicais). A estes cómpre engadir os trazos prosódicos, de entoación, que mostra Fernández Rei, 2016, no prelo; e Fernández Rei, Moutinho & Coimbra,

2016). A suma de todos estes trazos axudan a detectar unha grande área xeolingüística que inclúe elementos comúns, ás veces exclusivos e definatorios.

É xa un lugar común da lingüística iberorrománica falar dos elementos compartidos polo castelán, o ástur-leonés, o galego e o portugués; ou sinalar a autonomía do catalán con respecto a estas outras linguas. Pero como nos mostran Heine/Kuteva (2006) ou Haspelmath (2001), o foco na busca de áreas xeolingüísticas pode elevarse ata un territorio tan grande coma toda Europa, onde existen e se falan decenas de linguas incomprensibles que, a pesar das fronteiras culturais, lingüísticas, xeográficas ou políticas, comparten trazos que nos permiten agrupalas en bloque fronte a outras linguas do mundo.

Haspelmath (2001) fala da existencia dun “Standard Average European” (véxase unha análise demorada en Heine/Kuteva, 2006), identificable por unha serie de trazos morfosintácticos que comparten moitas das linguas europeas. Estes trazos non son herdados do indoeuropeo nin de ningún outro devanceiro común, senón innovacións compartidas. No “Standard Average European” encontramos:

- a) Presenza simultánea de artigos definidos e indefinidos.
- b) Cláusulas de relativo con pronomes relativos.
- c) Perfectos con *ter/haber* + participio: galego *teño dito*, castelán *he dicho*.
- d) Pasivas con *ser, estar, volverse* e participio pasivo: *foi visto*.
- e) Posesivo externo en dativo: *A nai lavouille a cabeza á nena*.
- f) Indefinidos negativos que non sempre esixen verbo negado (sen concordancia de polaridade): *Ninguén preguntou*.

Heine/Kuteva (2006) mostran que algúns destes trazos poden deberse ó contacto entre as linguas... Ou que poida que o contacto reforzase tendencias internas. Pero a existencia destes elementos comúns permite mostrar que a unidade europea non só é política, ou cultural, ou económica, senón tamén lingüística, a pesar de que en Europa se falen linguas non intercomprensibles. Todos estes trazos só se poden compartir a partir da interacción e das relacións que os falantes de linguas diversas establecen entre eles.

## 5. CONCLUSIÓNS

Neste traballo tentei defender unha dialectoloxía centrada nos ítems lingüísticos, i.e., no estudo da extensión xeográfica de fenómenos lingüísticos illados, fronte a outra dialectoloxía baseada nas variedades, que busca o agrupamento das diferentes variedades locais en unidades superiores, tales coma dialectos, bloques ou linguas.

A orientación baseada nas variedades contempla as macrovariedades que os dialectólogos crean como entidades absolutas, definidas, estancas, autónomas unhas das outras, con vida propia; dándolle énfase á noción de fronteira, acaba por promover unha investigación que illa unhas linguas ou bloques dialectais dos outros. Esta análise incomunicada nótase sobre todo cando o trazado de fronteiras serve para delimitar linguas. Unha vez trazada a fronteira de linguas, percíbese como problema ou dificultade que os trazos lingüísticos individuais crucen fronteiras realmente inexistentes, que só están aí porque os dialectólogos as trazan. Esta visión ten, en definitiva, problemas cos préstamos e coas evolucións compartidas (Dubert García, 2010).

A orientación baseada nos ítems contempla as áreas que xorden do trazado dos mapas como entidades abertas, relativas, porosas, interconectadas; non se preocupa das fronteiras, senón que busca encontrar que trazos comparten as variedades lingüísticas, pois estes mostran as relacións sociais que uns falantes manteñen con outros. Os trazos avanzan ou recúan en función das comunicacións que establecen os falantes. Esta visión ve o préstamo tan natural como el sucede na historia entre os falantes. Mostra como a lingua se constrúe cambiando trazos internos e tomando trazos doutras linguas, e como os integra. Mostra o que une os seres humanos ou como estes se unen.

En todo caso, creo que se pode percibir o gran explicativo que se obtén cando se analiza a extensión individual dos fenómenos individuais por medio dun territorio... Creo sinceramente que este método de traballo resulta máis proveitoso ca centrarse en dividir un territorio en segmentos illados (sexan dialectos, áreas, bloques ou linguas), pois do estudo dos fenómenos illados xorden as áreas, que se fundamentan na historia, nos contactos sociais entre os habitantes dun territorio.

## 6. REFERENCIAS

- Alarcos, E. (1996). Gallego-asturiano. In M. Alvar (dir.), *Manual de dialectología hispánica. El español de España*. Barcelona: Ariel, 134-138.
- ALGa 1 = Instituto da Lingua Galega (1990). *Atlas Lingüístico Galego*. Vol. 1: *Morfoloxía verbal*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza.
- ALGa 2 = Instituto da Lingua Galega (1995). *Atlas Lingüístico Galego*. Vol. 2: *Morfoloxía non verbal*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza.
- Álvarez, R. & Xove, X (2002). *Gramática da lingua galega*. Vigo: Galaxia.
- Andrés Díaz, R. (2011). Fronteras lingüísticas y geotipos, con atención a la zona Eo-Navia (Asturias). In R. Andrés Díaz (coord.) *Lengua, ciencia y fronteras*. Uviéu: Trabe, 121-151.
- Bernárdez, E. (2008). *El lenguaje como cultura*. Madrid: Alianza Editorial.

- Boller, F. (1997). Contacto lingüístico entre el gallego-portugués y el asturianoleonés en la provincia de Zamora. ¿Frontera nítida o zona de transición?, *Lletres asturianas* 65, 7-31.
- Borrego Nieto, J. (1996). Leonés. In M. Alvar (dir.), *Manual de dialectología hispánica. El español de España*. Barcelona: Ariel, 139-158.
- Bybee, J. (2010). *Language, usage and cognition*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Cano González, A. (1981). *El habla de Somiedo*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Castro, I. (1991). *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Chambers, J. K. (2009). *Sociolinguistic theory. Revised edition*. Oxford: Willey-Blackwell.
- Cintra, L. F. L. (1971). Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses. *Boletim de Filologia* 22, 81-116.
- Cintra, L. F. L. (1959). *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Filológicos.
- Coseriu, E. (1981). Los conceptos de «dialecto», «nivel» y «estilo de lengua» y el sentido propio de la dialectología. *Lingüística española actual* III/1, 1-32.
- Diéguez González, J. (2002). A ditongaçom E (<ja) na conjuçom copulativa ET. *Agália* 71-72, 51-88.
- Diéguez González, J. (2009). *Morfologia verbal em variedades regionais e populares do português europeu*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Dubert García, F. (1995). Algúns fenómenos morfolóxicos do galego de Santiago. *Cadernos de lingua* 11, 71-101.
- Dubert García, F. (1999). *Aspectos do galego de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Dubert García, F. (2002). Os sociolectos galegos. *Cadernos de Lingua* 24, 5-27.
- Dubert García, F. (2004). Variedades xeolingüísticas e cultivo da lingua: crítica dunha hipótese sobre as orixes da fragmentación diatópica do galego. In R. Álvarez e A. Santamarina (eds.). *(Dis)cursos da escrita. Estudos de filoloxía galega ofrecidos en memoria de Fernando R. Tato Plaza*. A Coruña: Instituto da Lingua Galega/ Fundación Barrié, 123-140.
- Dubert García, F. (2010). As formas *camín* e *chen* en galego e asturiano: solucións supra-rexionais, solucións rexionais e contínuum xeolectal. *Revista de Filología Románica* 27, 29-58.
- Dubert García, F. (2011). Developing a database for dialectometric studies: the ALGa phonetic data. Dialectometrical analysis of 230 working maps. *Dialectologia et Geolinguistica* 19, 23-61.
- Dubert García, F. (2013). As formas tipo *tivo* e o contacto lingüístico cos romances centrais. In E. Gugenberger, H. Monteagudo & G. Rei-Doval (eds.), *Contacto de linguas, hibrididade, cambio: contextos, procesos e consecuencias*, Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 139-167.
- Dubert García, F. (2014). *Splinter* morphologique et analogie dans les dialectes galiciens et portugais. In *Morphologie flexionnelle et dialectologie romane: typologie(s) et*

- modélisation(s)*, *Mémoires de la Société de Linguistique de Paris* 22, Louvain: Peeters, 69-87.
- Dubert García, F. (2017). Sobre a *Gallaecia Magna* e as relacións históricas e xeolingüísticas entre galego, portugués e asturiano. *Estudis Romànics* 39, 43-69.
- ETLEN = Andrés, Díaz, Ramón d' (dir.), Fernando Álvarez-Balbuena García, Xosé Miguel Suárez Fernández & Miguel Rodríguez Monteavaro (2017): *Estudiu de la transición llingüística na zona Eo-Navia, Asturias. ETLEN. Atlas Llingüísticu – Horiométricu – Dialectométricu*. Uviéu: Universidá d'Uviéu / Trabe.
- Fernández Rei, E. (2016). Dialectal, historical and sociolinguistic aspects of Galician intonation. *Dialectologia. Special issue, VI*, 147-169.
- Fernández Rei, E. (no prelo). La entonación de las variedades ibéricas occidentales.
- Fernández Rei, E.; Moutinho, L. C. & Coimbra, R. L. (2016). A contribution to the diachronic study of Galician and Portuguese prosodies. *Dialectologia et Geolinguística* 24, 42-61.
- Fernández Rei, F. (1982). Bloques e áreas lingüísticas do galego moderno. *Grial* 77, 257-296.
- Fernández Rei, F. (1985). Variedades dialectales del gallego. *Revista de filología románica* 3, 85-99.
- Fernández Rei, F. (1990). *Dialectoloxía da lingua galega*. Vigo: Xerais.
- Fernández-Ordóñez, I. (2006). Contribuciones de Ramón Menéndez Pidal al estudio del catalán. *Del I Congrès Internacional de la Llengua Catalana al Atlas Lingüísticu de la Península Ibérica*, en M. P. Perea & G. Colón Domènech (eds.), *El Primer Congrès Internacional de la Llengua Catalana. Reflexos i projeccions*. PPU: Barcelona, 173-202.
- Fernández-Ordóñez, I. (2011). *La lengua de Castilla y la formación del español*. Discurso leído el 13 de febrero de 2011 en su recepción pública por la Excm. Sra. D.<sup>a</sup> Inés Fernández-Ordóñez y contestación del Excmo. Sr. D. José Antonio Pascual. Madrid.
- Fernández-Ordóñez, I. (2012). El norte peninsular y su papel en la historia de la lengua española. In S. Gómez Seibane & C. Sinner (eds.), *Estudios sobre tiempo y espacio en el español norteño*. San Millán de la Cogolla: CILENGUA, 23-68.
- Foulkes, P. & Docherty, G. (2006) The social life of phonetics and phonology. *Journal of Phonetics* 34,409-428.
- García Arias, X. L. (2003). *Gramática histórica de la lengua asturiana*. Uviéu: Academia de la Llingua Asturiana.
- García de Diego, V. (1959). *Manual de dialectología española*. Madrid: Cultura Hispánica.
- Gargallo Gil, J. E. (1995). De fronteras lingüísticas peninsulares: paralelismos, afinidades, peculiaridades. *Lletres asturianas* 57, 23-40.
- Gimeno Menéndez, F. (1993). *Dialectología y sociolingüística españolas*. Alicante: Universidad de Alicante.
- Goebel, H. (2013). La dialectometrización del ALPI: rápida presentación de los resultado. In E. Casanova Herrero & C. Calvo Rigual (eds.). *Actas del XXVI Congreso Internacional de Lingüística y de Filología Románicas*. Berlin/Boston: De Gruyter, Vol. 6, 143-154.
- Harris, M. (1988<sup>6</sup>). *Culture, people, nature. An introduction to general anthropology*. New York: Harper & Row. Traducción española *Introducción a la antropología genaral*. Madrid: Alianza, 2000.

- Haspelmath, M. (2001). The European linguistic area: Standard Average European. In Haspelmath, M. et al. (eds.). *Language typology and language universals (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft)* Berlin: de Gruyter, 1492-1510.
- Heine, B. & Kuteva, T. (2006). *The changing languages of Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- Hock, H. H. (1991). *Principles of historical linguistics*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter.
- Hudson, R. A. (1996). *Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Langacker, R. W. (2000). A dynamic usage-based model. In M. Barlow & S. Kemmer (eds.). *Usage based models of language*, Stanford: CSLI, 1-63.
- López Carreira, A. (2008). *O reino medieval de Galicia*. Vigo: A Nosa Terra.
- Lüdtke, H. (1996). Rectificaciones de la posición histórica del español en el marco románico. In A. Martínez González (coord.) *Estudios de filología hispánica*, Granada: 49-67.
- Martínez Álvarez, J. (1996). Las hablas asturianas. In M. Alvar (dir.). *Manual de dialectología hispánica. El español de España*. Barcelona: Ariel, 199-133.
- Menéndez Pidal, R. (1906). El dialecto leonés. *Revista de Archivos y Bibliotecas*. Año X, 2-3.
- Monteagudo, H. (1999). *Historia social da lingua galega*. Vigo: Galaxia.
- Monteagudo, H. (2017a). A lingua no tempo, os tempos da lingua. O galego, entre o portugués e o castelán. In M. Negro Romero, R. Álvarez, E. Moscoso Mato (eds.). *Gallaecia. Estudos de lingüística portuguesa e galega*. Santiago de Compostela: USC, 17-60.
- Monteagudo, H. (2017b). Lingua e sociedade en Galicia. *LaborHistórico* 3(1), 14-48.
- Moreno Cabrera, J. C. (2012). El aragonés, la lingüística y el imperialismo folológico. *Alazet* 24, 59-75.
- Moreno Cabrera, J. C. (2013). *Cuestiones clave de la lingüística*. Madrid: Síntesis.
- Penny, R. (2007). Continuum dialectal y fronteras estatales. El caso del leonés medieval. *Argutorio* 18, 32-37.
- Penny, R. (2009). ¿Existe una «frontera» entre «gallego» y «asturiano»? *Revista de Historia de la Lengua Española* 4, 47-61.
- Rodríguez Castellano, L. (1954). *Aspectos del bable occidental*. Instituto de Estudios Asturianos (CSIC): Oviedo.
- Sánchez Rei, X. M. (2011). *Lingua galega e variación dialectal*. Ames: Latiovento.
- Santamarina, A. (1994). Proposta de programa de normalización lingüística para os concellos de Asturias de fala galega. In F. Fernández Rei (ed.) *Lingua e cultura galega de Asturias*. Vigo: Xerais, 241-264.
- Segura, L. (2013). Variedades dialetais do português europeu. In E. B. Paiva Raposo et alii (ed.), *Gramática do português. Vol. I*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 85-144.
- Varvaro, A. (1991). Latin and Romance: fragmentation or restructuring? In R. Wright (ed.). *Latin and the Romance languages in the early Middle Ages*, London e New York: Routledge, 44-52.
- Vasconcellos, J. L. (1901). *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Paris; Lisboa: Aillaud
- Veny, J. (1982). *Els parlars cataláns (síntesi de dialectologia)*. Palma de Mallorca: Ed. Moll.

- Veny, J. (1992). Fronteras y áreas dialectales. *Actas del Congreso Internacional de Dialectología, IKER 7*, 197-245.
- Vidos, B. E. (1973). *Manual de lingüística románica*. Madrid: Aguilar.
- Zamora Vicente, A. (1967). *Dialectología española*. Madrid: Gredos.